

Texto 01

O cuidado que “saiu” de casa e chegou ao Estado

Logo de início é importante falar da alegria de estarmos iniciando um percurso que nos levará para uma reflexão coletiva sobre *cuidado* no contexto da Política Pública de Assistência Social. Importante dizer que as ações no campo da educação permanente dos/as trabalhadores/as do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), têm nos proporcionado oportunidades que são essenciais não apenas para o trabalho na Política, mas também para a nossa presença no mundo, para forma como significamos e compreendemos as relações sociais e culturais. Este curso é uma dessas oportunidades e estamos muito felizes de poder partilhá-la com cada um e cada uma de vocês.

Durante o percurso que ora se inicia, a intencionalidade é refletirmos juntos e juntas sobre o ***cuidado que “saiu” de casa e chegou ao Estado***. Representamos este movimento, de chegada da pauta do cuidado no campo das políticas públicas, relacionando-o à projeção dos debates acerca do cuidado nas agendas políticas das sociedades, não apenas no Brasil, mas no mundo, com centralidade nos processos latino-americanos.

No Brasil, esta é uma movimentação recente, em termos de uma pauta consolidada, coordenada, indicando para uma agenda que envolve várias políticas públicas e atores da sociedade. O fenômeno, este não, pois remonta para a origem da vida em sociedade. O cuidado compreendido como trabalho, necessidade e direito é o que se mostra com potência de criar a ambiência para o rompimento de sua associação direta às famílias, às mulheres, para o espaço doméstico, para o cuidado como obrigação e afeto.

Como forma de demonstrar o cuidado “saindo de casa” e chegando ao Estado, iniciamos este texto fazendo referência a três momentos, formas de alegoria para esta transição da pauta que procuraremos evidenciar: 1. *Aprovação do Projeto de Lei nº 5.791/2019, que institui a Política Nacional de Cuidados no Brasil na Câmara de Deputados (13/11/2024)*; 2. *Aprovação do PL no Senado (04/12/2024)*; e, 3. *Sanção pelo presidente da Lei 15.069/2024 (23/12/2024)*.

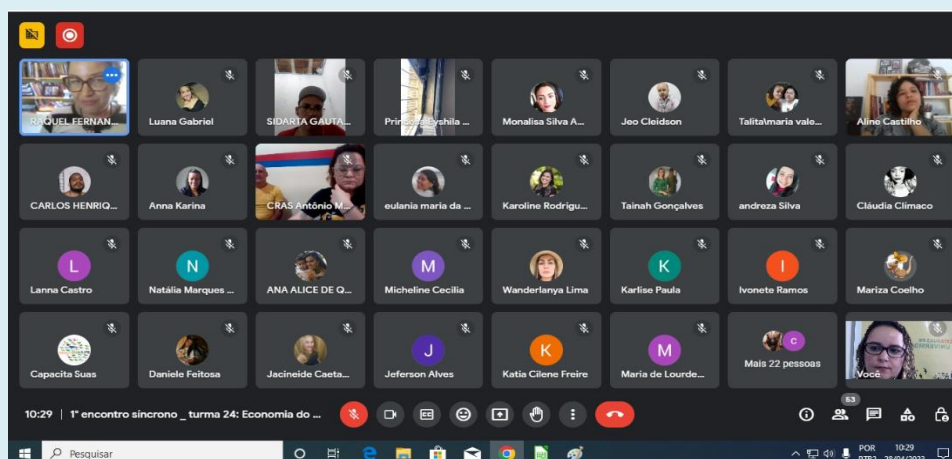
Figura 1: O cuidado no Estado brasileiro



Fonte: Imagens dos sites da Câmara e do Senado Federal, organizadas pelas autoras.

Destacamos que não é a primeira vez que Escola de Formação dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Sistema Único de Assistência Social de Pernambuco (ESFOSUAS-PE), traz esse tema para o debate. Em 2023, antes de todo o trâmite que leva à aprovação de uma Política Nacional de Cuidado para o Brasil, a Escola ofertou o curso ***Economia do Cuidado***, com 179 pessoas inscritas.

Figura 2: Curso Economia do Cuidado/ESFOSUAS 2023



Fonte: Acervo ESFOSUAS – Curso Economia do cuidado (2023)

A retomada do debate, agora tomando o cuidado como política, desejamos refletir com os/as trabalhadores/as do SUAS, o tema do cuidado (trabalho, necessidade e direito) como dimensão essencial para pensar o acesso às proteções e seguranças socioassistenciais.

Neste curso, nos juntamos, Universidade e Política para refletir juntas sobre a importância da Política Nacional do Cuidado em suas interfaces com o SUAS.

Figura 3: Facilitadoras do curso (SUAS + Universidade)



A proposta é que possamos alinhar a produção sobre cuidado, que já vem com uma caminhada bastante consolidada na academia e nos movimentos feministas, com o trabalho social realizado nessa política. Para isso estamos aqui, 2 mulheres militantes do SUAS, cada uma com um chão de trabalho e experiência, para construir e acompanhar vocês em um mergulho neste universo.

Neste curso vocês verão que há muitas questões colocadas, para algumas delas já temos possíveis respostas, para muitas outras precisamos refletir juntos e juntas para poder caminhar mais nos contornos das relações entre uma política de cuidado e o SUAS.

O primeiro texto foi construído como um convite para iniciarmos uma caminhada coletiva neste universo, iniciamos falando sobre o que é cuidado, afirmando que cuidado é trabalho. Para em seguida partirmos no sentido de buscar entender como o cuidado se caracteriza como um campo de disputa, luta e reivindicação política, para isto apresentaremos a relação do tema do cuidado com o capitalismo, patriarcado e os movimentos feministas, estabelecendo as bases para compreender a chegada do cuidado no campo da política.

De modo geral as questões que nos orientam ao longo deste curso *dizem sobre O que é cuidado? Que cuidado é esse? Qual a relação do cuidado na vida em sociedade? Qual o papel do Estado? O que representa o cuidado como política pública?*

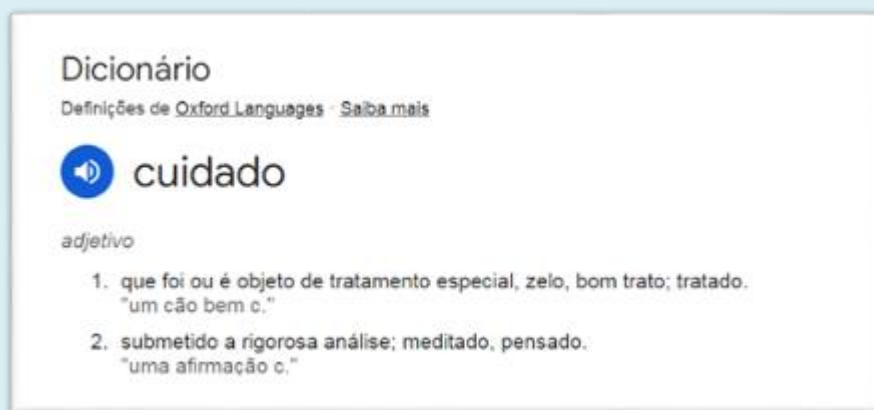
São muitas as questões e será um grande prazer partilhá-las com vocês. Sejam, portanto, todos, todas e todes muito bem-vindos ao curso Política do Cuidado e o SUAS.

Tecendo um lugar de onde partir

Em primeiro lugar, antes de apresentar um conceito de cuidado, ou de trabalho de cuidados, é preciso dizer que há muitas definições sobre cuidado, produzidas a partir de lugares, por diferentes sujeitos, políticas, instituições. Isto porque cuidado é uma palavra que está presente no nosso dia a dia, falamos ou ouvimos frases como: “*eu cuido de você*”, “*eu cuido da minha família*”, “*eu sou cuidadora de idosos*”, “*eu cuido das crianças da creche*”, “*eu cuido dos doentes*”, “*eu cuido da assistência social no meu município*”, “*eu cuido da minha casa*”. Afirmções que apontam para o cuidado no sentido de ação, trabalho prestado para algo ou alguém (REGINO, 2016).

Se nos voltarmos para a definição da palavra,

Figura 4: Significado da palavra Cuidado



Fonte: Definições de Oxford Languages/ Google dicionário

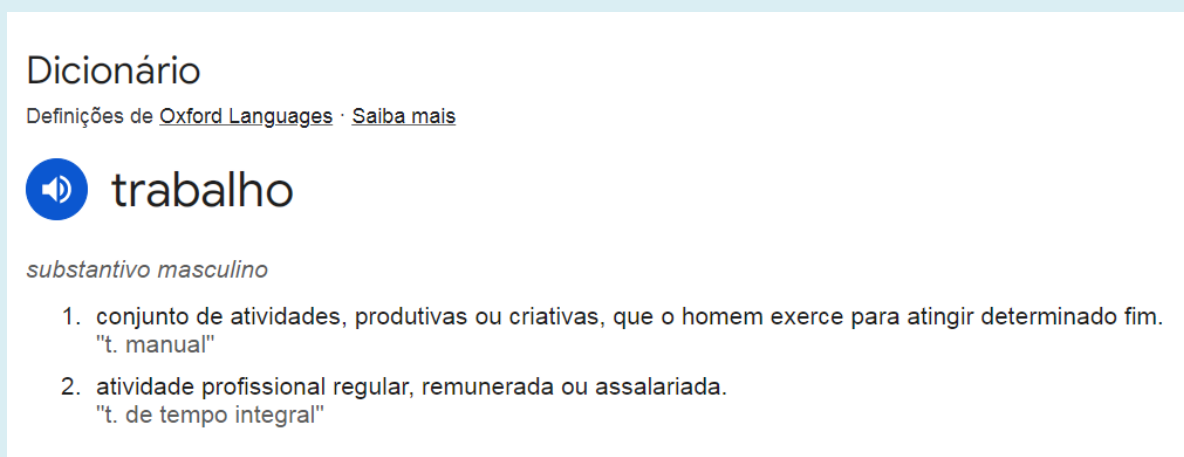
Regino (2016), também retoma a etimologia da palavra e afirma que tendo em vista sua origem, seja no latim (*coera*) ou no inglês (*care*) ambas denotam o sentido de responsabilidade, dar assistência e curar, expressando em seus possíveis significados, diversos valores morais e culturais que foram construídos socialmente ao longo da história. Assim, podemos dizer que é comum na grande variedade do uso da palavra “cuidado”, a ideia de responsabilidade e

compromisso, pois o cuidar vai sempre implicar lançar mão de algum desses dois elementos (REGINO, 2016).

Neste sentido partiremos neste curso que trata a Política do Cuidado e o SUAS de uma afirmação de “largada”: **o cuidado é trabalho**, seja ou não remunerado, envolve sempre uma relação entre quem demanda e quem cuida. Mas daí vocês devem estar se perguntando, se o cuidado sempre é trabalho onde ficam o amor, o zelo, a afetividade que sempre imaginamos relacionadas ao cuidado, por exemplo ao amamentar meu bebê, ao cuidar do meu pai idoso, será que nestes casos não seria amor ao invés de trabalho?

Esta é uma questão complexa, mas que precisamos enfrentar, para isto partiremos da definição sobre o que é trabalho:

Figura 5: Significado palavra trabalho



Dicionário

Definições de [Oxford Languages](#) · [Saiba mais](#)

 **trabalho**

substantivo masculino

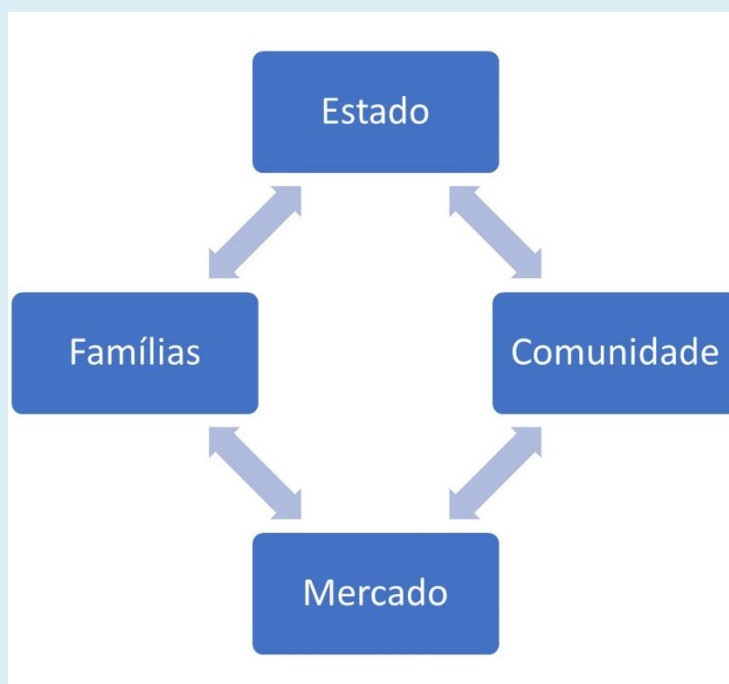
1. conjunto de atividades, produtivas ou criativas, que o homem exerce para atingir determinado fim.
"t. manual"
2. atividade profissional regular, remunerada ou assalariada.
"t. de tempo integral"

Fonte: Definições de Oxford Languages/ Google dicionário

De acordo com a etimologia da palavra trabalho, o trabalho envolve um conjunto de atividades para atingir determinado fim, por exemplo, deixar o bebê limpo e alimentado, fazer com que a rotina da casa com as atividades relacionadas à produção de alimentos, higiene, realização de atividades escolares, prestação de cuidados às pessoas, entre tantas outras, sejam realizadas. Fato é, que todas estas atividades precisam ser realizadas ou coordenadas por alguém, e mesmo que se faça isto sem remuneração, para pessoas que amamos, é um trabalho, que dependendo de capacidade (meios, oportunidades, condições) para a realização, e, que muitas vezes nos consome muito tempo e nos leva a sobrecarga e ao esgotamento.

Aposto que agora deve ter gente aí pensando, que se cuidado é trabalho também pode, e muitas vezes envolve, exploração. E é isto mesmo, também falaremos disso neste curso, por isto cabe ao Estado a responsabilidade de coordenar a oferta e prestação de cuidados em nossa sociedade, porque o cuidado que é trabalho, também é um direito e uma necessidade coletiva e deve ser compreendido como bem público, de responsabilidade integral, integrada e partilhada entre Estado, famílias, comunidade (sociedade) e mercado. Esta orquestração receberá na literatura o nome de Diamante dos Cuidados.

Figura 6: Diamante dos Cuidados



Fonte: Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados do Brasil, 2023.

A forma como esse cuidado é ofertado nas sociedades é bastante variável. Em cada sociedade e em diferentes etapas históricas, estabelece-se uma organização social dos cuidados específica, que produz, organiza e distribui os cuidados, e que tem componentes sociais, econômicos, culturais e políticos. A conformação dessa organização social dos cuidados congrega e responsabiliza um amplo conjunto de atores sociais e instituições pela sua provisão, dentre os quais as famílias - atualmente as principais responsáveis por ofertar cuidado-, as comunidades, o Estado, o mercado e as empresa, tal como pôde ser visualizado no "diamante dos cuidados".

Sobre este diamante, falaremos mais ao longo dos textos deste curso. Mas já deixamos ele aqui registrado porque a reflexão sobre o *cuidado como trabalho, necessidade, direito e bem público*, está diretamente relacionada a ele.

Vejamos algumas definições de cuidado:

Figura 7: Definições de cuidado

✓	Para a psicóloga francesa, Pascale Molinier ¹ (2004) o cuidado deve ser compreendido como uma constelação de estados físicos ou mentais e de atividades ligadas ao trabalho de cuidar de outras pessoas, ao trabalho doméstico e, de forma mais abrangente, qualquer trabalho realizado a serviço das necessidades dos outros. (Molinier, 2004, p. 227);
✓	Para a cientista política Joan Tronto (2009) o cuidado se caracteriza como tudo o que fazemos para manter, perpetuar e reparar nosso mundo, a fim de que possamos viver nele e está diretamente relacionado para o reconhecimento da necessidade do cuidado. É importante destacar que a partir desta concepção, a noção de mundo compreende nossos corpos, os dos outros, o meio ambiente, tudo que está interligado em uma complexa rede que dá suporte à vida. Para Tronto oferecer o cuidado é o trabalho em si, supõe, portanto, que seja uma questão ao mesmo tempo técnica e moral. (Tronto, 2007, p. 288)
✓	Para a filósofa brasileira Helena Hirata (2020) o cuidado é trabalho material, técnico e emocional, determinado por relações sociais de sexo, classe, raça/etnia, entre diferentes atores (mulheres, homens, idosos/as, crianças), se estabelece a partir de relações entre quem demanda e quem oferta o trabalho de cuidado e abrange um conjunto de atividades e relações materiais que consistem em dar uma resposta concreta às necessidades dos outros. Portanto, relação de serviço, apoio e assistência, paga ou não, que implica um senso de responsabilidade em relação à vida e bem-estar dos outros. (Hirata e Guimarães, 2020).

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos textos de Molinier (2004); Tronto (2007) e Hirata e Guimarães (2020).

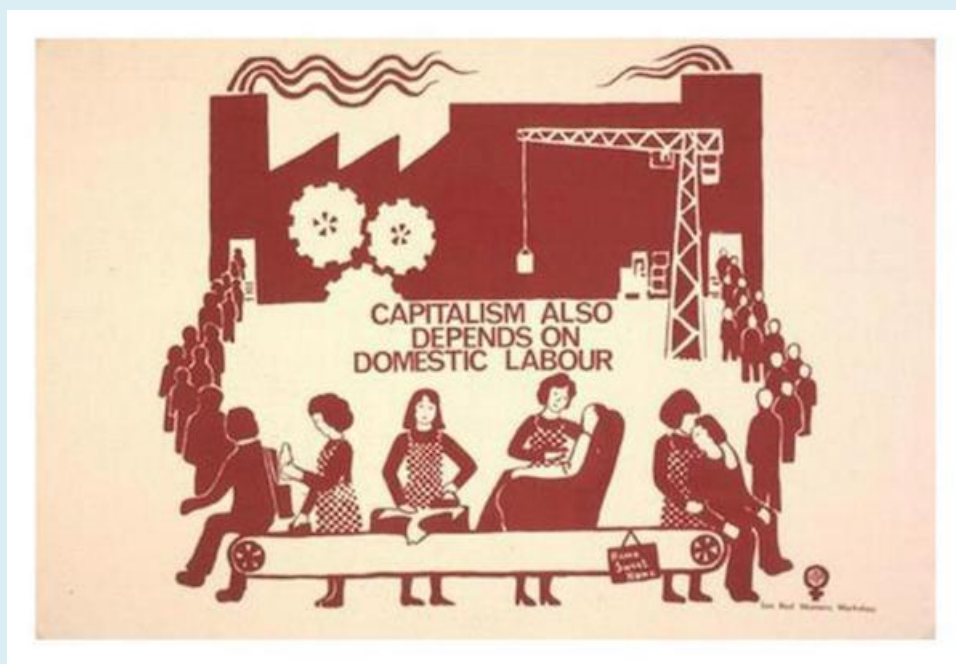
Em síntese, a partir da contribuição de Pascale Molinier (2004), Joan Tronto (1997) e Helena Hirata e Nadya Guimarães (2020), o cuidado deve ser compreendido como trabalho cotidiano, envolve produção de bens e serviços necessários à sustentação e reprodução da vida, das sociedades, da economia e à garantia de bem-estar de todas as pessoas, territórios e demais formas de vida. Os trabalhos de cuidados incluem tarefas rotineiras e recorrentes, como a preparação de alimentos, manutenção, limpeza, organização e gestão dos domicílios e o apoio a atividades diárias de pessoas com diferentes graus de autonomia ou dependência.

A provisão de cuidados, pode se dar tanto no âmbito doméstico ou familiar, como nos espaços comunitários, em instituições públicas ou privadas, como, por exemplo, creches, centros-dia ou instituições de acolhimento. E, é isso que faz de suma importância compreender o cuidado como um bem público essencial para o funcionamento da sociedade, da economia, para garantia dos direitos e para a produção de maior equidade.

Neste sentido, o cuidado é trabalho, pode ser realizado de forma remunerada, como no caso das trabalhadoras domésticas e outras trabalhadoras do cuidado, ou não remunerada, a partir da família, de maneira direta (com interação face-a-face) ou indireta (sem essa interação), envolve recorrência e possibilidade de compartilhamento entre famílias, governos, setor privado e comunidades.

O trabalho de cuidados, o capitalismo, o patriarcado e o racismo

Figura 8: O capitalismo também depende do trabalho doméstico



Fonte: Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro

Silvia Federici, filósofa, feminista, autora de vários livros que denunciam as opressões vivenciadas pelas mulheres, é uma das autoras que reflete a exploração das mulheres no capitalismo, apresentando, portanto, elementos para pensarmos a associação entre cuidado, o capitalismo, o patriarcado e o racismo. É disto também que se trata a ilustração acima, “*O capitalismo também depende do trabalho doméstico*”, produzida na década de 1970 pelo coletivo de serigrafia See Red Feminist.

Além da ilustração acima, apresentamos um trecho da reflexão de Silvia Federici (2020), em um dos episódios produzidos para a TV Boitempo em ocasião do lançamento do seu livro “Mulheres e caça às bruxas”:

O trabalho doméstico é o trabalho mais importante da sociedade capitalista, porque dá origem aos trabalhadores, e sem eles, não há trabalho [...] Sabe, a análise que fizemos de uma forma específica de exploração que as mulheres sofrem em nossa sociedade capitalista, nos levou à conclusão de que o contrato de casamento é realmente um contrato de trabalho, porque nos casamos por amor, mas como escrevi em um panfleto: Eles chamam isso de amor, e nós, de trabalho não remunerado. Na verdade, o casamento, toda a legislação e todas as regras que organizam uma família nuclear são parte da função que o trabalho da mulher na família e a própria família tem na reprodução da força de trabalho. Em outras palavras, através do casamento, existe uma troca entre homens e mulheres. O trabalhador assalariado se torna o sustentador de sua esposa, que presta serviços a ele, mas através desses serviços, todas as mulheres, em particular, executam a força de trabalho. Então parece que o casamento é motivado pelo amor e parece que o trabalho de casa é um serviço pessoal para o homem ou os filhos, na verdade, é a organização capitalista da reprodução da força de trabalho. Como dissemos, a família, a casa [são] a fábrica das mulheres, é o local onde dia após dia... E depois, geracionalmente, realizamos todos os trabalhos e atividades que são necessários para reproduzir o trabalho e a capacidade das pessoas de trabalhar. A capacidade de trabalhar não é algo natural, é consumida, é usada no processo de trabalho, e somos nós, a geração de mulheres, que fizemos o trabalho de produzi-la. Isso significa que, toda a classe capitalista, todos os empregadores se beneficiaram imensamente desse trabalho. Eles não precisaram produzir para criar uma infraestrutura que permitisse aos trabalhadores irem ao emprego diariamente. As mulheres têm sido a infraestrutura. E chegamos à conclusão de que esse trabalho é realmente o trabalho mais importante na sociedade capitalista, porque dá origem aos trabalhadores, e sem eles, não há trabalho, não há nenhuma forma de trabalho. Então, o trabalho doméstico, que tradicionalmente se tornou invisível, não sendo considerado um trabalho, na verdade, é a base, a fundação e o apoio de todas as outras atividades de trabalho. E agora dizemos que toda a riqueza que vemos ao nosso redor, nós também a produzimos e não só o trabalhador assalariado. Somos parte da perpetuação dessa máquina capitalista e esse processo de acumulação capitalista.

Trazemos para este primeiro texto Silvia Federich, por considerar, que quem melhor localiza a discussão sobre a relação entre capitalismo e patriarcado são as feministas marxistas, tais como Silvia, quando apontam que a crise do cuidado em curso (escancarada pela pandemia) está relacionada à crise da sociedade capitalista e do mercado. Isto porque as feministas marxistas vêm afirmando desde sempre sobre a insustentabilidade da forma de organização deste sistema, principalmente quando ampliamos as lentes para captar para além das relações trabalho remuneradas, consideradas como parte da produção de mercadorias, e passamos a considerar também os meios necessários para que trabalho dito produtivo se realize.

Sob esta perspectiva, não há trabalho produtivo sem trabalho reprodutivo, não há sociedade nem força de trabalho que se erga ou se sustente, sem trabalho reprodutivo. Ou seja, não há possibilidade de se efetivar uma sociedade capitalista de mercado sem trabalho de cuidado, esse trabalho de reprodução social, que se exerce desde antes do nascimento e que

torna possível que na vida adulta o indivíduo vá vender sua força de trabalho. Estamos aqui nos referindo, como já apontado, aos primeiros cuidados destinados às crianças, à sua formação enquanto indivíduo, a sua educação escolar, ao aprendizado das relações necessárias para a sua vida em sociedade. Em síntese, todo o trabalho envolvido na criação de pessoas, na construção de suas subjetividades é trabalho de cuidado.

Isto porque, o trabalho do cuidado compreende toda a organização material, social e subjetiva que faz com que as pessoas se tornem pessoas, que faz com que elas se humanizem e possam se tornar cidadãos/ãs de uma sociedade. É na compreensão desta relação orgânica, entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, que estaria posta a equação a que damos o nome de Economia do Cuidado, o que está diretamente vinculada ao caminho trilhado pelo cuidado para “sair” de casa e chegar ao Estado.

Figura 9: Publicações Silvia Federici



Fonte: Editora Elefante/ Obras - Elaboração das autoras

Ao afirmar que: *“o que eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não pago”*, Silvia apresenta o ponto central, seja para compreendermos a produção e reprodução da sociedade, bem como de sua crise.

É sobre isto que refletiremos neste primeiro texto, sobre as tramas que encerram como parte de um mesmo fenômeno, trabalho, cuidado, afeto e as relações sociais estabelecidas e/ou materializadas em uma sociedade capitalista e patriarcal, reflexão que deve estar presente na compreensão sobre o trabalho como necessidade, direito e bem público. Mesmo porque, para Federici “o capitalismo também depende do trabalho doméstico”.

Neste sentido, retomamos aqui uma perspectiva histórica, para que possamos identificar como exatamente o cuidado assume o centro do trabalho familiar doméstico. Este movimento se

deu a partir da conjunção de alguns fatores, a citar o processo de mercantilização da produção, que antes era realizado na esfera doméstica, as mudanças demográficas na sociedade e os efeitos do patriarcado sobre a divisão das atividades consideradas produtivas e reprodutivas.

O processo de mercantilização da produção está associado ao “surgimento” das (ou o deslocamento para as) primeiras cidades, a separação dos espaços, considerando a cisão entre o público e o privado, o surgimento da mão de obra assalariada, a concentração dos/as trabalhadores/as nas fábricas, o controle maior sobre as jornadas de trabalho, entre outros fatores. Estes elementos associados além de representarem parte do enredo da história, do surgimento das sociedades organizadas a partir do modo capitalista de produção, também representa os elementos que vinculam o trabalho de cuidados, ao capitalismo, ao patriarcado e ao racismo (SAFFIOTI,1979).

Isto porque, em histórias como esta, onde é muito difícil estabelecer um ponto de início é importante lançamos mão da história social das coisas, relações, espaços e organizações. Este é um movimento de tentar construir uma narrativa sobre a história, ainda que tenhamos plena consciência de que não há história única e esta, ainda que seja uma representativa versão da história das sociedades ocidentais, ainda assim é uma versão, porque precisamos considerar aspectos relacionados à classe, raça/etnia, cultura, nacionalidade, colonização, entre outros aspectos.

Neste sentido, pensando a partir de uma história eurocentrada, foi na transição do período feudal para o capitalismo, que as residências, antes local de produção dos meios para a vida e de consumo, é esvaziado no papel de local de produção, função transferida para o espaço público, com o mercado produzindo mercadorias, o que leva a uma separação estrita dos espaços públicos e privados.

Neste ponto, podemos destacar questões como *trabalho produtivo e reprodutivo, divisão sexual do trabalho, trabalho remunerado e trabalho não pago, trabalho invisível, dupla jornada de trabalho, feminização da pobreza*. Todos estes termos que compõem uma gramática sobre a associação entre trabalho de cuidados, o capitalismo e o patriarcado.

Vamos a alguns sentidos associados aos termos acima citados:

Figura 10: Quadro conceitual sobre a relação do capitalismo, machismo e patriarcado

Capitalismo	O capitalismo é um sistema econômico e social baseado na propriedade privada dos meios de produção, na acumulação de capital e no lucro. As suas características centrais incluem: Propriedade privada, Acumulação de capital, Trabalho assalariado, Troca voluntária, Sistema de preços e mercados competitivos.
Patriarcado	O patriarcado é um sistema sociopolítico que coloca os homens em posição de poder, com as mulheres subordinadas aos homens. O patriarcado pode ser definido como uma estrutura social na qual os homens têm poder dominância em diversos ramos da sociedade, especialmente os homens brancos, cisgêneros e heterossexuais.
Divisão sexual do trabalho	A divisão sexual do trabalho está na base social da opressão e da desigualdade. Em primeiro lugar, é preciso destacar que ela é histórica, ou seja, foi sendo constituída, não é imutável. Mas tem princípios que permanecem; o que modificam são as modalidades. Isso nos ajuda a pensar sobre a permanência dessa desigualdade. Danièle Kergoat, que foi muito importante para sistematizar esse conceito, considera que há dois princípios organizadores da divisão sexual do trabalho. Um deles é a separação, essa ideia que separa o que é trabalho de homens e de mulheres. Outro é a hierarquia, que considera que o trabalho dos homens vale mais do que o das mulheres.
Trabalho reprodutivo	O trabalho reprodutivo é um tipo de trabalho que envolve atividades relacionadas à reprodução humana e ao sustento da vida, e que é majoritariamente realizado por mulheres.
Dupla jornada de trabalho	A dupla jornada de trabalho é um fenômeno que consiste em trabalhar para ganhar dinheiro e, ao mesmo tempo, ser responsável por uma quantidade significativa de trabalho doméstico não remunerado. Este fenômeno é experienciado principalmente por mulheres, devido aos papéis tradicionais de gênero aceitos pela sociedade.
Trabalho invisível	O termo “trabalho invisível” refere-se às tarefas não reconhecidas e frequentemente subestimadas que contribuem para o funcionamento da vida diária. Essas responsabilidades incluem, mas não estão limitadas ao planejamento de atividades familiares, organização doméstica, e gestão do tempo.
Feminização da pobreza	Atualmente a “feminização da pobreza” vem sendo compreendida a partir da ideia de “nova pobreza”, relacionada diretamente com a chefia feminina e a inserção das mulheres no mercado de trabalho; ou articulada com os efeitos específicos das políticas econômicas de corte neoliberal sobre a vida e o trabalho das mulheres. E, ainda há os estudos, que identificam grupos de mulheres mais vulneráveis ao empobrecimento, tais como as mulheres negras, as indígenas, as lésbicas, as mães solo, entre outros.

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras com base nas referências utilizadas para este texto

A divisão sexual do trabalho no capitalismo, sob uma perspectiva patriarcal, vai ser o que faz com que as atividades destinadas ao mercado, consideradas públicas sejam associadas aos homens, enquanto, aquelas voltadas exclusivamente às questões reprodutivas da produção da força de trabalho, vinculadas ao espaço da casa e/ou da domesticidade, sejam vinculadas de forma inequívoca às mulheres.

Cabe destaque que isto não se deu de forma aleatória, mas como uma matriz de relações com impacto em todas as demais relações sociais, a citar os efeitos disto sobre a pobreza monetária das mulheres, bem como dos reduzidos acessos a oportunidades.

Um segundo ponto, diz respeito para à própria mudança de composição da sociedade, nos grupos demográficos, que também foram enredados dentro da matriz de relações acima citada. Com a queda da mortalidade infantil e posteriormente um aumento da expectativa de vida da população há um processo de revisão relacionado a cada etapa da vida.

No caso da queda da mortalidade infantil, houve profunda alteração no papel da criança na sociedade, fazendo com que a infância fosse reconhecida como um período a parte no ciclo de desenvolvimento, um período diferente da evolução humana, demandante de cuidado que deveria ser prestado de forma quase que exclusiva nas famílias e nelas pelas mulheres.

O cuidado com as crianças assume uma importância significativa ao longo do século XIX e do século XX, o que se dá em paralelo com a ressignificação da Maternidade a partir da lógica da família burguesa. Aqui neste ponto também apontamos distinções entre as infâncias, pois algumas delas permaneceram inseridas no universo do trabalho e das ruas, enquanto outras, principalmente as brancas das camadas médias, foram primeiro encerradas em casa depois nas escolas.

Neste ponto já podemos pontuar a clivagem, ou atravessamento, com o racismo ou outras dimensões do campo da interseccionalidade. Para as mulheres das camadas médias, brancas, as atividades do cuidado, como de dona de casa e como mãe, ainda que na gestão do serviço, passam a ocupar papel central, ao qual ela deveria se dedicar plenamente por representarem o centro da vida familiar, o que assume um papel importante na dinâmica capitalista. No caso das mulheres cuja identidade apontava para a interseccionalidade de classe, gênero e cor/raça, não foi a distinção, mas a sobreposição de jornadas e espaços que caracterizaram suas histórias (SAFFIOTI, 1979; TRONTO, 1997) .

A todo o trabalho de cuidado atribuído às mulheres associaram à natureza e vocação. As mulheres supostamente eram biologicamente afeitas à maternidade e o amor materno, tinham dom e vocação para as atividades do cuidado e deviam devoção e submissão aos seus maridos.

Há diferentes interpretações acerca das origens históricas da identificação entre mulheres e trabalho doméstico, entre homens e trabalho remunerado. Entre elas, destaca-se a produção das feministas marxistas que analisam a relação entre capitalismo e divisão sexual do trabalho: se a última não nasceu com o primeiro, pelo menos teria sido por ele potencializada e instrumentalizada. Especialmente porque, em sua fase industrial, o capitalismo teria alavancado ainda mais a separação entre o espaço de produção e o espaço doméstico.

É óbvio que para todo movimento há distinção, e isto também aconteceu entre as mulheres. O confinamento no espaço doméstico foi destinado às mulheres das camadas médias e elite, para as mulheres das camadas populares a dupla jornada de trabalho esteve dada desde sempre, o trabalho nas fábricas, nas casas, o trabalho de ganho nas ruas, as lavagens de roupa, a venda ambulante, o cuidado com as crianças e as famílias.

Este debate aqui é importante porque permanece entre nós uma espécie de naturalização da divisão sexual do trabalho, uma crença de que se trata de uma organização que sempre existiu, fundamentada em uma disposição natural das mulheres para o cuidado, o que convive em tensionamento com a luta a reivindicação por sua desconstrução, porque não é natural e nunca foi.

O processo foi longo e permeado de resistência, mas contribuiu para forjar novas identidades de gênero. Certamente, deu-se de maneira bastante distinta nas diferentes partes do globo e mesmo entre países com níveis semelhantes de industrialização. Federici (2021) realiza uma análise histórica sobre a Inglaterra, examinando mais minuciosamente o processo ocorrido entre o início da Revolução Industrial e as reformas ocorridas naquele país entre 1840 e 1870, alavancadas em grande medida pela organização da classe trabalhadora.

As concepções sobre família, maternidade, infância e cuidados, foram forjadas em meio a toda a conjuntura política, social e econômica vivenciada ao longo da história. O capitalismo enquanto sistema econômico e social baseado na propriedade privada dos meios de produção, na acumulação de capital e no lucro. Explorou no espaço das fábricas homens, mulheres e crianças, que trabalhavam durante longas jornadas nas fábricas. A semelhança de uma máquina de moer gente, os tempos de descanso e reprodução eram escassos e encontravam as pessoas exauridas. A

reação veio sob a forma de organização e luta por melhores condições de vida e trabalho, em resposta às quais foram aprovadas diversas medidas legais.

A presença das mulheres e crianças nas fábricas passou a ser então contestada, inclusive pelos sindicatos, que apostavam que os salários masculinos poderiam aumentar sem a concorrência feminina e infantil. Às mulheres das fábricas por vezes recaía uma série de argumentos de ordem moral, que denunciavam as “moças de fábrica” como mulheres avessas às atividades domésticas, com comportamentos incomodamente masculinos, como fumar e beber, e sem propensão a tornarem-se mães. Uma classe trabalhadora exaurida, adoentada, enfraquecida e com expectativa de vida reduzida, bem como a presença de homens insatisfeitos nos bares por longas horas foram imputadas à ausência das mulheres dos lares.

Esta é uma história importante para compreender como as atividades essenciais para a (re)produção da vida se converteram em atividades tradicionalmente femininas, relacionado para a feminização do trabalho de cuidado, no trabalho não pago, em contrapartida aos trabalhos remunerados e aqueles que eram realizados na órbita do mercado, remunerados e reconhecidos como trabalho.

Neste sentido a suposta “escolha” individual sobre a alocação de tempo impactou diretamente no acesso a renda e a oportunidades para as mulheres. Isto porque as pessoas que se dedicam mais ao trabalho do cuidado inevitavelmente terão menos tempo a ser dispendido no trabalho remunerado, que remete para ciclo vicioso entre gênero, dupla jornada de trabalho e feminização da pobreza.

Vimos ao longo de todo o texto, que o cuidado, além de uma palavra cotidiana, é central para a vida e para a forma como se estabeleceu a produção e organização da vida em sociedade ao longo da história. E, o processo histórico e social de transição de modos de organização anteriores, para as sociedades organizadas a partir do modo de produção capitalista, não representou a supressão da essencialidade dos trabalhos de cuidado, isto porque eles representam demanda essencial para a vida humana ao longo de toda a história, em diferentes culturas e organizações sociais.

Cabe destacar que a associação entre capitalismo e patriarcado acirrou as distinções sobre o lugar de homens e mulheres. Aos primeiros, como vimos, foi atribuído o espaço público, às mulheres o espaço do privado, da reprodução da vida cotidiana, do cuidado da família. Ao homem os espaços de autoridade às mulheres a submissão. Cabe destaque que toda atividade de

opressão e/ou submissão se associa à resistência e organização das mulheres, o que veremos no próximo módulo. Isto porque não há mais família, seja da classe trabalhadora, ou das camadas médias, a excepcionalidade do 1% da população que corresponde aos muito ricos, que tenham a possibilidade de assumir, sem a presença do Estado e das instituições todas as dimensões relacionadas ao cuidado.

Para a maior parte da sociedade, desde os primórdios das sociedades industriais e/ ou capitalistas, é real a necessidade de composição de renda dos adultos, homens e mulheres, que precisam não apenas trabalhar, mas, algumas vezes, ter mais de um vínculo de trabalho, para ter condições de arcar com os custos de manutenção da vida.

E, cabe aqui dois destaques: o primeiro, já dito, refere-se ao fato de que as mulheres, pobres, pretas e periféricas, sempre estiveram no mercado de trabalho, não houve um momento de entrada, a vida em seus entremeios, sempre foi tecida no exercício de uma dupla jornada; e, o segundo, que o modelo da família nuclear, composta por dois adultos de referência, não corresponde mais o padrão familiar preponderante na sociedade brasileira, principalmente considerando que a diversidade de formas de organização e arranjos para a produção/provimento de cuidado sempre existiram e estiveram presentes .

Esta sobrecarga de trabalho, conforme já afirmamos, se reflete nas oportunidades de ser e existir, de estabelecer projetos de “vida boa”, de se manter por mais tempo nas escolas, de conseguir viver acima da esfera da necessidade, da sobrevivência mais imediata. No caso das camadas médias, este trabalho não some, é por vezes delegado a outras mulheres, principalmente em uma sociedade como a brasileira, com o seu passado escravocrata, que na ausência de estabelecer outros projetos de vida boa, empregam seu tempo e força de trabalho no espaço público, em atividades relacionadas também ao cuidado, o remunerado, acumulando este, com o trabalho do cuidado não remunerado realizado em suas próprias famílias e domicílios.

Estar no mundo do trabalho por mais tempo, provoca um dispêndio muito grande de energia fora da casa, fora da família, e a tentativa de conciliação do trabalho produtivo com o trabalho reprodutivo, leva ao absoluto esgotamento, e, para compreender isto, basta ouvir as mulheres. Principalmente se considerarmos que o neoliberalismo tem uma perversidade inerente ao seu funcionamento, ao apontar a responsabilidade para as famílias, principalmente para as mulheres em relação ao provimento das dimensões do cuidado, atua tornando o Estado cada vez

menor, se desresponsabilizando cada vez mais, desidratando sua capacidade de dar assistência às famílias.

A partir das diversas configurações sociais do cuidado, que evidenciam a importância de uma abordagem interseccional que leve em conta as dimensões de gênero, classe social e raça/etnia, é possível compreender as desigualdades que permeiam o trabalho de cuidado e as lutas por políticas públicas que valorizam e reconheçam a importância dessa atividade para a vida e as relações sociais.

Enunciada desta forma, as barreiras para o acesso à provisão do cuidado e do autocuidado, a responsabilidade pelos trabalhos de cuidado, aos direitos que garantem o acesso a cidadania e à própria experiência democrática, ganham contornos muito mais complexos. Veremos durante o curso que não se trata de lutar apenas por uma melhor distribuição dos trabalhos de cuidado entre homens e mulheres, mas, de refletir sobre a experiência vivenciada por pessoas com corpos e identidades diferentes, que no cotidiano têm a vida atravessada pela complexidade de opressões múltiplas e imbricadas, como o racismo, o machismo, a lgtfobia, o capacitismo, o idadismo.

Ao trazer a perspectiva interseccional para o centro do debate do cuidado como Política, o que se está apontando é que as opressões que interferem diretamente na necessidade, no acesso e na responsabilidade de cuidados, devem ser compreendidas a partir de uma trama, de fatores que se interconectam e se reforçam mutuamente e que atuam enquanto sistemas que irão impactar na relação com a sociedade e seu acesso a direitos.

Figura 11: Representação sobre interseccionalidade



Fonte: Elaborado pelas autoras

Veremos que a Política estabelece públicos prioritários para as ações, sem desconsiderar, no entanto, que todos e todas nós somos demandantes de cuidado durante a vida e não apenas na infância e na velhice. Entre esses públicos estão crianças e adolescentes; pessoas idosas e pessoas com deficiência (permanente ou temporária) que necessitam de assistência para realizar as atividades básicas e instrumentais da vida diária e os/as trabalhadores/as remunerados/as e não remunerados/as do cuidado (BRASIL, 2024).

É justamente no reconhecimento da importância do cuidado para as pessoas e sociedade, bem como dos efeitos que a carga maior de cuidado assumida pelas famílias, e nelas, pelas mulheres, com impacto maior nas mulheres negras, periféricas, pobres e com rede de apoio reduzida (aqui a referência vale também para o Estado), que se constitui a centralidade do projeto de uma Política Nacional de Cuidados que diz respeito a uma proposta de vida em sociedade e de alargamento de nossa democracia. Refletindo o cuidado como bem comum que deve estar no centro das políticas públicas, voltadas tanto para pessoas quanto para a vida em sociedade.

Alguns apontamentos possíveis:

Algumas questões estão postas, há muitas outras, neste sentido para fechar este primeiro movimento de aproximação com a temática do curso apresentamos alguns apontamentos em relação ao que vimos até aqui, vamos lá:

1. Há uma polissemia em relação a compreensão do termo cuidado, ou seja, muitas pessoas em muitos lugares produzindo compreensões do cuidado mais ou menos convergentes, o que resultou na necessidade de delimitar definir ou estabelecer o que se compreende como cuidado para construção da Política nacional no Brasil;
2. O cuidado enquanto trabalho, envolve na mesma trama quem demanda cuidado e quem cuida;
3. O trabalho de cuidado é cotidiano e essencial para reprodução da vida, por isso demandado por todas as pessoas, não apenas crianças e adolescentes, (com atenção especial à primeira infância), pessoas idosas e pessoas com deficiência que necessitem de assistência, apoio ou auxílio para executar as atividades básicas e instrumentais da vida diária, mas por toda a sociedade porque diz respeito àquilo que faz com que as pessoas consigam viver sobreviver e existir;

4. As elaborações feministas ocorreram simultaneamente às mudanças sociais de grande escala que colocaram o cuidado no centro das atenções. Assim, o tema do cuidado emerge como um problema social, uma arena de conflitos mais ou menos explícitos, marcando novas e importantes divisões sociais e tensões subjacentes, em razão de diversos processos: o acelerado aumento da inserção de mulheres no mercado de trabalho, as mudanças demográficas, como o envelhecimento da população, os novos modelos de política social que continuamente redefinem as fronteiras entre responsabilidade privada e social, e a expansão da mercantilização das relações sociais.

Em síntese, a movimentação pela inscrição do fenômeno do cuidado no campo da política apesar de se relacionar a eventos recentes, é resultado de uma luta que remonta para as histórias das sociedades. O capitalismo, machismo e patriarcado estabelecem uma conexão orgânica com os processos de opressão e subordinação das mulheres e da pauta do cuidado ao espaço da casa, das relações privadas.

A atual organização social dos trabalhos de cuidado é desigual, injusta e insustentável. Precisamos refletir sobre o cuidado. É isso que faz essencial compreender o cuidado como um bem público essencial para o funcionamento da sociedade, da economia, para garantia dos direitos e para a produção de maior equidade.

Tomando isso, o cuidado deve ser entendido como um direito universal e uma necessidade de todas as pessoas - necessidades maiores em certos momentos do ciclo da vida e certas condições nas quais as pessoas têm menos autonomia e mais dependência, mas, ainda assim, de todas as pessoas, incluindo cada um/a de nós aqui refletindo sobre cuidado. Com certeza vocês, assim como eu, já cuidaram ou demandaram cuidados hoje.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados do Brasil. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome/ Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/marco-conceitual-da-politica-nacional-de-cuidados-do-brasil>. Acesso em: 20 de abril 2024.

BRASIL. PL2762/2027. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Projetos/Ato_2023_2026/2024/PL/pl-2762.htm#:~:text=PROJETO%20DE%20LEI%20N%C2%BA%202.762%2C%20DE%202024&text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de%20Cuidados.&text=Art.,cuidados%2C%20consideradas%20as%20desigualdades%20interseccionais. Acesso em: 01 de agosto de 2024.

CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (Org.). A produção do viver: ensaios de economia feminista. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, 2003.

COLETIVO FEMINISTA CLASSISTA ANA MONTENEGRO. “O que chamam amor, nós chamamos de trabalho não remunerado”. Disponível em: <<https://anamontenegro.org/cfcam/2020/10/05/oque-chamam-amor-nos-chamamos-de-trabalho-nao-remunerado/>>. Acesso em: 15 de abril de 2023.

FREDERICI, Silvia. Eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não remunerado. TV Boitempo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bFSI4nEB6jI>. Acesso em: julho de 2024.

GUIMARÃES, Nadya; HIRATA, Helena . 2020. O gênero do cuidado: Desigualdades, significações e identidades. Cotia: Ateliê Editorial. 296 p.

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araújo (Org.). Cuidado e cuidadoras: as novas faces do trabalho do care. São Paulo: Ed. Atlas, 2012, 248 p.

MOLINIER, P. **Psicodinâmica do trabalho e relações sociais de sexo: um itinerário interdisciplinar** (1988-2002). Production, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 14-26, set./dez. 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65132004000300003>
» <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65132004000300003>. Acesso em: 8 agosto 2024.

REGINO, Fabiane Alves. **O desejo de ter filhos e a construção de gênero nas políticas de saúde: análise da Política Nacional de Atenção Integral em Reprodução Humana Assistida**. 2016. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Centro de Pesquisas Ageu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife.

SAFFIOTI, Heleieth. **Emprego doméstico e capitalismo**. Rio de Janeiro: Avenir, 1979.

TRONTO, Joan. **Mulheres e Cuidados**. In: JAGGAR, A. M. et. Al. Gênero, Corpo e Conhecimento. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1997.

TRONTO, Joan C. **Un monde vulnerable. Pour une politique du care**. Avant-propos de Liane Mozère. Préface inédite de l’auteure. Trad. par Hervé Maury. Paris: Découverte, 2009.